

FONTE : *Correio Braziliense*

CLASS. : *CIMI*

DATA : *26 03 92*

PG. : *16*

J1R00692

Aumenta violência contra índios no Brasil

A violência contra os povos indígenas cresceu assustadoramente no ano passado. Segundo levantamento anual do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a ser enviado ao Ministério da Justiça, Procuradoria Geral da República e Polícia Federal, o número de assassinatos cresceu em 1991. Enquanto em 1990, o Cimi registrou a ocorrência de 13 assassinatos contra índios, este número subiu para 27 em 1991.

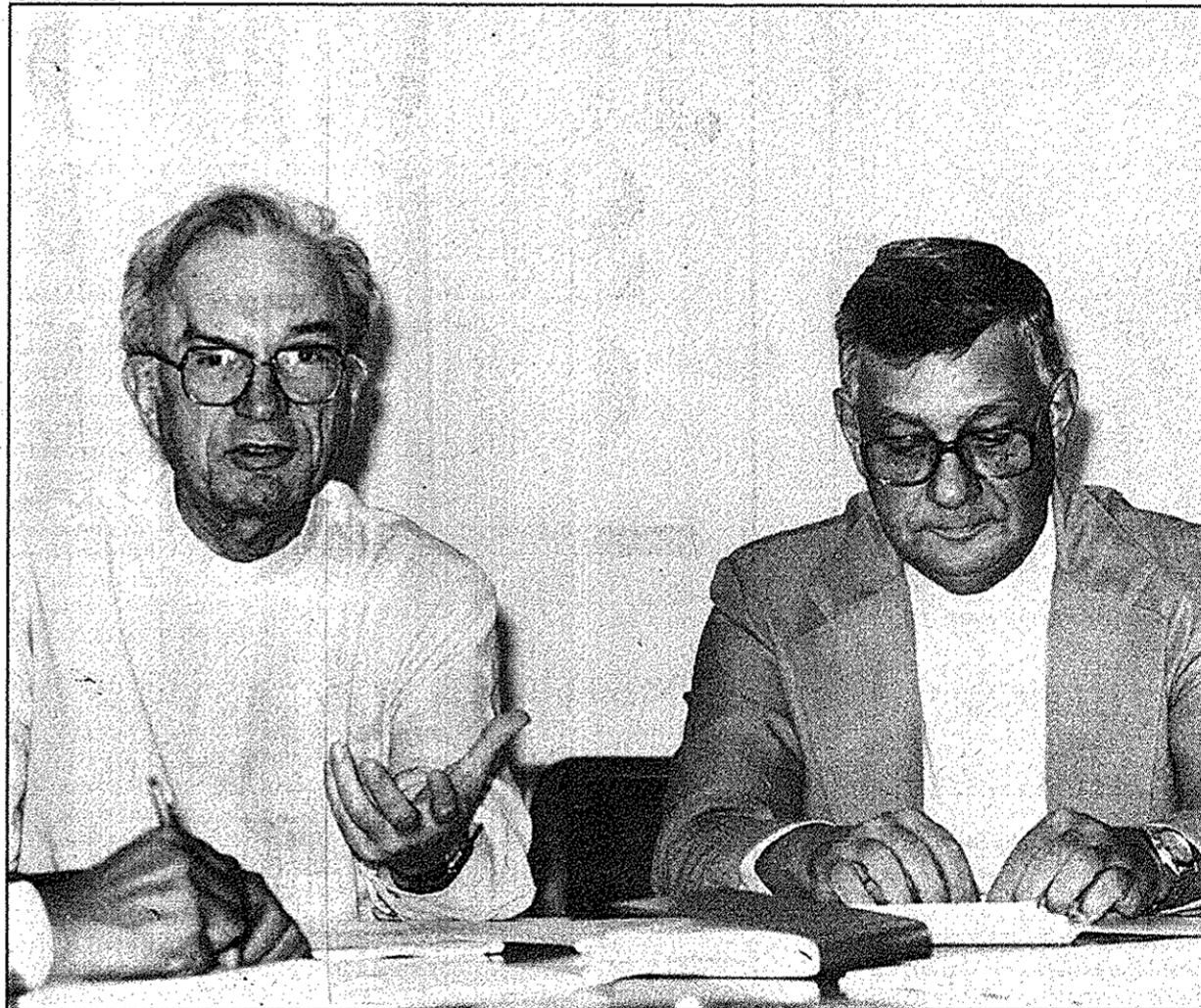
O documento denuncia ainda a morte de 206 indígenas por surtos e epidemias em 1989, a maioria transmitida por garimpeiros e madeireiros. Registra também 21 suicídios, nove tentativas de homicídio. No ano passado, foram registrados ainda 23 casos de invasão de terras, com um acréscimo de 33 por cento no número de indígenas ameaçados de morte, onde 14 casos envolveram 12 índios e sete comunidades. Em 1990, excluindo os dez assassinatos, não foi constatado nenhum caso de suicídio ou invasões de terras, mas foram registradas 69 mortes causadas por doenças.

O relatório do Cimi, apresentado ontem pelo presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Luciano Mendes, revela que com os 27 assassinatos e os casos de mortes por surtos e epidemias, acidentes

de trânsito, suicídios e outras causadas por falta de atendimento médico ou inadequado, subiu para 452 o número de mortes de índios nos últimos três anos. Deste total, 60 ocorreram em 1989 e 113 em 1990, enquanto que no ano passado foram 279. A região que lidera a violência contra os povos indígenas permaneceu a Amazônia, com 16 assassinatos, mas o estado com o maior número de índios assassinados foi o Maranhão, com oito casos, seguido de Roraima, quatro. O estado, segundo o levantamento do Cimi obteve a liderança na violência contra os povos indígenas e da impunidade.

O quarto estudo do Cimi sobre a violência contra os índios revela que os macuxis, de Roraima, foram os mais visados. Além de quatro assassinatos, eles sofreram todos os tipos de violência. As invasões de garimpeiros, madeireiros, posseiros e fazendeiros chegaram a 22. Em 1990 foram sete e em 1989, 23 foram registradas. Além das doenças, uma outra ameaça aos povos indígenas é o suicídio. Dos 21 casos registrados, 14 foram entre os guaranis-caiovas e guaranis-nhandeva, do Mato Grosso do Sul. Três entre ticunas e a primeira entre um macuxi. Só nos dois primeiros meses deste ano o Cimi já registrou seis suicídios.

RENATO ARAÚJO



Dom Luciano Mendes (E), presidente da CNBB, apresentou o relatório do Cimi a ser enviado ao Governo

CNBB critica impunidade

A impunidade e a morosidade da Justiça em apurar crimes são apontadas pelo presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Luciano Mendes, como principais responsáveis pela continuidade da violência contra os povos indígenas. Conforme o levantamento do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), órgão anexo da CNBB, dos 27 assassinatos ocorridos em 1991, foram realizadas somente duas prisões. Dos nove casos de tentativa de homicídio contra os índios no ano passado, somente dois tiveram inquéritos instaurados pela Polícia Federal.

"São ações que apesar de estarem contribuindo para a dizimação dos povos indígenas, permanecem impunes", acusa o presidente da CNBB, que responsabiliza, também o governo Collor pelo aumento da violência contra os índios em 1991, visto por ele não como um quadro novo, mas "grave". Para dom Luciano, o orça-

mento reduzido destinado à Fundação Nacional do Índio (Funai) para a demarcação das terras indígenas, proteção e programas de educação e saúde mostra um evidente desca-so governamental para a questão. "Chego à conclusão que o Governo não quer demarcar nada e quer, com isso, que os índios permaneçam expostos a qualquer tipo de violência".

Segundo o presidente da CNBB, a desassistência da Funai para com os índios é total. Ele acusa ainda o órgão a limitar-se somente a explicitar as áreas a serem demarcadas. Neste ano, conforme levantamento do Cimi, o Ministério da Justiça não baixou nenhuma portaria delimitando reserva indígena, apesar de uma única enviada ao ministro Jarbas Passarinho pela Funai.

O presidente do Cimi, dom Aparecido José Dias, denunciou ainda a existência de garimpeiros na área ianomami. Segundo ele, permanece alto o número de mortes causadas por doenças levadas pelos garimpeiros aos ianomami. No ano passado duas índias, uma wapixana e outra ianomami, ambas de Roraima, morreram de Aids.